

## PEDRA DO TELÉGRAFO E USO PÚBLICO NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA

Juliana Batista de Oliveira<sup>1</sup>, Diego da Silva Ferreira<sup>2</sup>.

(Universidade Castelo Branco, Avenida Santa Cruz, 1631, Realengo, Rio de Janeiro, RJ, Cep- 21710-255, [juh.oliveira1503@gmail.com](mailto:juh.oliveira1503@gmail.com), <sup>1</sup>Discente do curso Pós Graduação em Gestão Ambiental, <sup>2</sup>Professor do departamento de Ciências Biológicas)

### RESUMO

A pedra do Telégrafo no Parque Estadual da Pedra Branca ficou famosa recentemente nas mídias sociais pelos registros fotográficos que produzem um efeito visual de se estar pendurado em um abismo. Por conta disso houve um aumento na visitação do local. O objetivo desse trabalho é identificar como se dá essa visitação e se ela está sendo gerida de alguma forma pelo parque. Foram aplicados questionários com os visitantes sobre a qualidade ambiental do atrativo. Para ter um panorama geral desse atrativo e como o uso público é feito nesse local, a subchefe do parque foi entrevistada. Foi constatado que há uma carência de programas e ordenação de visitação no local e que medidas de ordenação de uso público e de educação ambiental se fazem necessárias para evitar maior degradação do local e garantir a segurança dos visitantes.

**Palavras-chave:** Ecoturismo, Pedra do Telégrafo, Uso Público, Parque Estadual da Pedra Branca.

### INTRODUÇÃO

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (EMBRATUR-MMA-1994). As atividades ao ar livre vêm se destacando por conta da busca de uma melhor qualidade de vida e fuga da vida agitada e do estresse causados pela vida nas grandes das cidades. Locais onde o homem pode refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono (Diegues, 2000). O Rio de Janeiro é conhecido mundialmente por suas paisagens naturais de belezas cênicas, tendo sido sua paisagem cultural urbana declarada patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (ONUBR, 2016). Com isso pode-se dizer que há um grande potencial a ser explorado pelo ecoturismo.

Apesar desse potencial, pouco se sabe em números concretos sobre a demanda turística para esse segmento do turismo.

No contexto do ecoturismo, as unidades de conservação desempenham importante papel referente à educação ambiental, pois a mesma está prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e no plano de manejo que os parques precisam ter.

De acordo com o SNUC, as unidades de conservação (UCs) estão inseridas em dois grupos: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As UCs de Proteção Integral tem por objetivo a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais (art. 7º, inciso II, §1 – lei 9.985/2000). Já as UCs de Uso sustentável, tem por finalidade a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais (art. 7º, inciso II, §2 – lei 9.985/2000).

Os parques (nacionais, estaduais e municipais) fazem parte do grupo de UCs de proteção integral. São áreas de domínio público, que tem como objetivos básicos “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (art. 11 – lei 9.985/2000). A visitação a essas áreas está sujeita aos regulamentos de seus respectivos planos de manejo, regulamento que nada mais é que um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (art. 2, inciso XVII – lei 9.985-2000).

O uso público nas Unidades de Conservação (UCs) é uma atividade que vem crescendo no Brasil e no mundo, devido à busca das populações urbanas por áreas onde a natureza ainda se mantém preservada. As UCs são de grande importância para a manutenção dos recursos naturais existentes no planeta. (SILVA & CASTRO, 2015).

Segundo levantamento realizado em 2015 pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o estado do Rio de Janeiro possui 30,7% de sua Mata Atlântica original. O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) é responsável por administrar as UCs no âmbito estadual. Essas UCs protegem amostras representativas de todos os ecossistemas nativos associados à Mata Atlântica fluminense. Ao todo são 35 UCs, sendo 20 delas de proteção integral. Dessas 20 UCs, 13 são parques estaduais.

### Parque Estadual da Pedra Branca

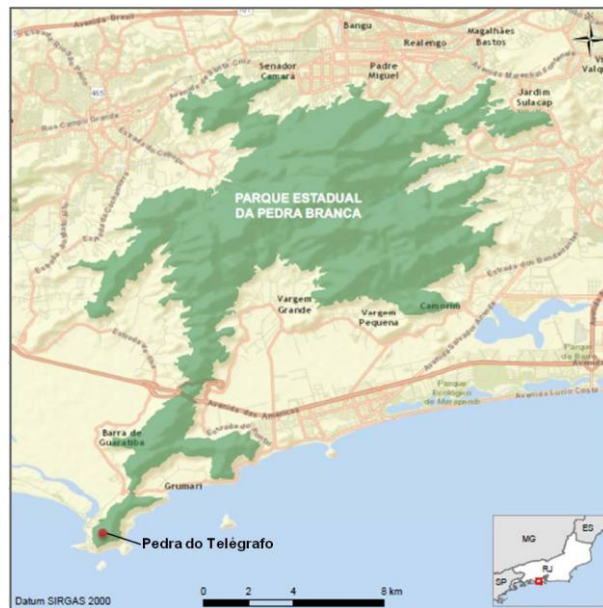
O Parque Estadual da Pedra Branca (Figura 1) é a maior floresta urbana do mundo e possui uma área de 12.393,84 hectares. Nele está localizado o ponto mais alto da cidade, o pico da Pedra Branca, com 1.025 m de altitude. O Parque foi criado pela lei nº 2.377, de 28 de junho de 1974 e compreende todo o território localizado acima da linha da cota de 100 m de altitude do Maciço da Pedra Branca (Amigos do Parque, 2010). Após a

promulgação da lei nº 9.985, em 18 de junho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), este território foi classificado como uma Unidade de Proteção Integral, e inserido na subcategoria Parque, sob a tutela do Estado do Rio de Janeiro e administrada pelo INEA, Instituto Estadual do Ambiente. O objetivo definido para este tipo de categoria se caracteriza pela preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O SNUC reconhece estes espaços territoriais como possuidores de recursos ambientais de características naturais relevantes, instituídas pelo poder público com o papel de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei 9.985/2000).

A figura 1 mostra a área de abrangência do parque e alguns de seus limites que compreendem todo o maciço da Pedra Branca acima da cota 100m. Abrange 17 bairros da zona oeste: Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Jardim Sulacap, Realengo, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba e Barra de Guaratiba. O parque possui 3 núcleos: Pau da Fome na Taquara, Camorim em Jacarepaguá e Piraquara em Realengo (INEA, 2012).

O parque abriga mais de 900 espécies da Mata Atlântica e 479 espécies de fauna catalogada. Possui uma rica história de suma importância para a cidade, tanto por ser um remanescente de Mata Atlântica em meio urbano, quanto por guardar vestígios da história da construção e desenvolvimento da cidade (INEA, 2012).

O plano de manejo do PEPB é recente, do ano de 2013. A gestão do uso público foi instituída em 2014, numa parceria com a ONG Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA), onde o fim da gestão se deu no final do ano de 2016. Atualmente o parque não conta com funcionários na gestão de uso público. Some-se a isso o fim dos contratos dos guarda-parques, que se dará em todas as UCs do estado. O contrato termina em abril de 2017 e após isso será instalada uma Organização Social (OS), que ainda está em andamento por escolha através de licitação. No início de 2016 o PEPB ofereceu curso de condutores de visitantes, como parte do programa de gestão de uso público. O curso teve como objetivo capacitar moradores do entorno da UC para conduzir os visitantes dentro do parque. Foram formados um total de 31 condutores.



**Figura 1.** Mapa de abrangência Parque Estadual da Pedra Branca e localização da Pedra do Telégrafo. Fonte: adaptado de imagem obtida no site do INEA.

### **Pedra do Telégrafo**

O morro do Telégrafo fica no bairro de Barra de Guaratiba, zona oeste do município do Rio de Janeiro. Foi apelidado assim pelos locais, pois na época da II Guerra Mundial ali funcionou uma estação militar de comunicação (Saia da Rota, 2016). A pedra do Telégrafo ficou famosa em 2014 após uma equipe estrangeira fazer uma filmagem no local. A pedra que dá a ilusão de que se está caindo no abismo desde então ficou muito popular. O local que até então era pouco conhecido até mesmo dos cariocas, de repente passou a receber visitantes em massa, ávidos pela “selfie no abismo”, enfrentando filas de até 4 horas para obter a fotografia.

A pedra do Telégrafo (Figura 2) na verdade é a pedra da Bigorna, o local que dá nome a atração na verdade não possui fácil acesso. A verdadeira pedra do Telégrafo possui uma bandeira do Brasil fincada no topo e é acessível apenas através de equipamentos apropriados.

O objetivo deste trabalho é analisar a Pedra do Telégrafo como um atrativo de ecoturismo dentro da unidade de conservação Parque Estadual da Pedra Branca, tendo como objetivos específicos: Identificar o estado de conservação da trilha que dá acesso ao atrativo; identificar o público que frequenta o local; conhecer o funcionamento da gestão do PEPB em relação ao atrativo; conhecer ações e programas voltados para a educação ambiental junto aos visitantes do local e conhecer como a gestão do PEPB lida com a questão uso público x impactos.



**Figura 2.** Mapa com a localização da Pedra do Telégrafo. Fonte: adaptado Google Maps.

## METODOLOGIA

As informações foram coletadas no Parque Estadual da Pedra Branca no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017, durante participação no programa de voluntariado. Esse programa teve por finalidade elaborar um projeto de educação ambiental para os três núcleos do parque: Pau da Fome, Camorim e Piraquara. A pedra do Telégrafo não foi contemplada nesse projeto, porém foi realizada uma visita ao local em de janeiro de 2017 para verificação das condições da trilha e do atrativo.

Foi realizada uma entrevista com a bióloga e subchefe do parque Vanessa Teixeira. Para essa entrevista foi elaborado um questionário com perguntas semi-estruturadas sobre gestão e uso público do parque. A entrevista foi realizada no dia 20/12/2016 no núcleo Camorim. A conversa foi gravada e parte das respostas foram utilizadas no resultado deste trabalho.

Também foram utilizados dados de questionários aplicados aos visitantes na Pedra do Telégrafo. Esses questionários foram aplicados entre os meses de junho e julho de 2016 pelos alunos do curso de condutores de visitantes oferecido pelo PEPB. Um total de 16 visitantes foram entrevistados. Esses dados foram tabulados para traçar o perfil dos visitantes.

Pesquisas em material bibliográfico também foram realizadas para o embasamento teórico do trabalho. Sites especializados em viagens e mídias sociais foram analisados para obter informações sobre a Pedra do Telégrafo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em entrevista com a bióloga e subchefe do parque, Vanessa Teixeira, foi constatado que por sua extensão e número reduzido de funcionários, o PEPB enfrenta muitos problemas e o uso público acaba ficando deficiente por não terem funcionários específicos para cuidar dessa área.

Segundo Vanessa o acompanhamento do perfil de visitantes que frequentam o parque também é algo recente. As pesquisas de perfil dos frequentadores iniciaram juntamente com a reunião de dados para a elaboração do plano de manejo em 2010. A primeira equipe de uso público chegou ao parque em 2013 juntamente com a aprovação do plano de manejo e ficou até 2014 e depois retornou em 2015 permanecendo até o final de 2016. Vanessa diz que essa falta de continuidade é ruim para o parque, pois essa equipe tinha suas atividades voltadas especificamente para o uso público promovendo o manejo, aplicando questionários do perfil de visitantes e realizando monitoramentos. A carência de pessoal e o intervalo entre as trocas de equipes interromperam as atividades voltadas para uso público. Vanessa ressalta que há a necessidade de se ter um profissional dessa área permanentemente no parque e não através de projetos. O INEA não designa nenhum funcionário de seu quadro para essa função.

Não há ninguém recebendo e fazendo o controle de acesso dos visitantes nos núcleos Pau da Fome e Piraquara. Devido à crise do Estado, houve cortes na vigilância e os contratos não foram renovados. No núcleo Camorim os guarda-parques recebem e orientam os visitantes, porém essa não é a função deles.

Com relação à pedra do Telégrafo, Vanessa diz que a maioria das pessoas que vão para essa trilha não estão interessadas em curtir a natureza, mas apenas em tirar fotos. No início de 2016 estacas, cercas e placas do PEPB foram colocadas no início e no final da trilha. As pessoas estavam subindo de moto táxi, não queriam fazer o trajeto a pé. Essa medida foi uma maneira de tentar minimizar os impactos relativos à erosão do solo causada pelo excesso de visitantes e mau uso da trilha. Ainda segundo a gestora, os atrativos não possuem um estudo de capacidade de carga, com número de pessoas que as trilhas suportam. Nos trechos mais visitados do parque há um monitoramento, onde os guarda-parques percorrem as trilhas pelo menos uma vez por mês para verificar o estado de conservação das mesmas e realização de intervenções necessárias.

Durante o verão e feriados é feita a fiscalização pela Unidade de Policiamento Ambiental (UPAM), mas os mesmos não fazem o controle do número de visitantes. Essa fiscalização é apenas para verificar o estado de conservação das trilhas e combater crimes ambientais. Não faz parte de uma ação de educação ambiental voltado para o uso público.

Na última fase da parceria do ITPA foi implantado o programa piloto de voluntariado no PEPB. O programa ocorreu entre os meses de novembro de 2016 a janeiro de 2017. Durante o voluntariado foram desenvolvidos roteiros de educação ambiental voltados principalmente para grupos escolares nas três sedes do parque. Os postos avançados de Vargem Grande e do Rio da Prata e a área de Barra de Guaratiba não foram contemplados, devida a curta duração do programa.

Para se chegar até a pedra da Bigorna (Telégrafo) é necessário subir uma trilha de dificuldade moderada, que dura cerca de 40 minutos e atinge a altitude de 354m. A trilha se inicia em uma ladeira bem íngreme ainda na parte onde existem casas. Chegando ao ponto onde se adentra os limites do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), há uma cerca com mourões e arames e a placa indicativa do parque (Figura 3). Nesse ponto há um rapaz, morador da região, vendendo água e biscoito. No final da subida também há outro rapaz vendendo água. Ele também recolhe o lixo deixado pelos visitantes.



**Figura 3.** Início da trilha dentro do parque logo após as casas. Fonte: registro de campo.

O Telégrafo também faz parte da trilha Transcarioca, inaugurada recentemente e pode-se observar as marcações ao longo do caminho. A trilha Transcarioca cruza o Rio de Janeiro numa travessia que totaliza 180km, tendo início em Barra de Guaratiba e terminando na Urca, no morro do Pão de Açúcar, integrando vários parques municipais, o PEPB e o Parque Nacional da Tijuca (PNT).

Antes mesmo de chegar à famosa pedra, já é possível avistar as belezas do entorno, com vista privilegiada para a restinga de Marambaia, praias selvagens (do Perigoso, do Meio, Inferno), Grumari, a região do Recreio, Barra e pedra da Gávea (Figura 4). Existem diversos guias que fazem essa trilha e os valores dos passeios variam de 20 a 60 reais.



**Figura 4.** Visitantes na Pedra da Bigorna (Telégrafo). Fonte: registro de campo.

Segundo Irving (2008), para desenvolver o ecoturismo em UCs onde é prevista essa atividade, é preciso haver um plano de Manejo atualizado e um plano de uso público. Apesar de estar dentro do Parque Estadual da Pedra Branca não há nenhum tipo de controle de acesso a atração. Os impactos negativos dessa visitação desordenada são visíveis pela erosão nas trilhas, pois muitas vezes os visitantes cortam caminho, destruindo a vegetação ou criando outras trilhas. Também há o problema do lixo. Mesmo com a trilha limpa, há alguns pontos, como no topo, por exemplo, que apresentam lixo deixado pelos visitantes. Há também a questão da quantidade de pessoas. Recentemente o PEPB instalou contadores automáticos de visitantes, conhecidos como eco-contadores, para estimar a quantidade de visitantes na trilha. De acordo com Vanessa o contador gera dados mensais. A média de visitantes por mês gira em torno de 6.500 a 7.500 pessoas. Analisando informações coletadas por Pellin et al. (2014), podemos ver que esse valor se aproxima do total anual de visitantes recebidos na sede Pau da Fome em 2010: 5.500 visitantes. Na sede Camorim no mesmo ano foram recebidos 4.000 visitantes. Nos dois casos, nesses valores não estão contabilizados o público escolar.

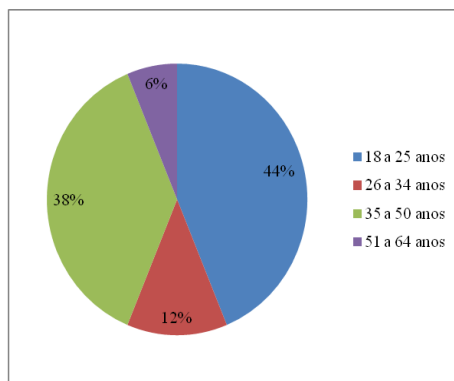
A fila de espera é outro problema. Devido ao grande fluxo de pessoas é necessário esperar para realizar as fotos. Geralmente as pessoas demoram tirando várias fotos, o que piora o problema. Relatos em mídias sociais e em matérias da imprensa relatam que a espera na fila pode chegar até 4 horas.

A questão da segurança também é outro fator. A impressão de se estar pendurado em um abismo se deve ao ângulo em que a foto é tirada, pois logo abaixo da pedra há o chão com certa declividade e distância de aproximadamente 1m de altura. Não é muito alto, porém uma queda de mau jeito pode ocasionar sérios transtornos e o resgate seria demorado por conta do difícil acesso. O que se percebe é que as pessoas estão muito preocupadas com suas fotos e não estão atentos a sua própria segurança.

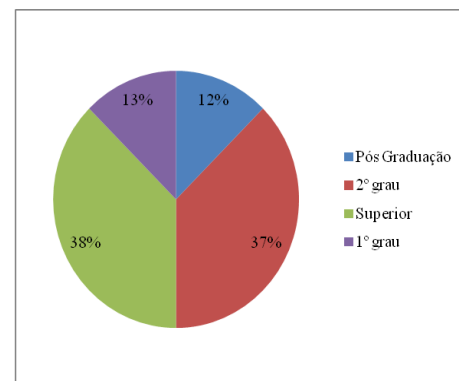
#### Questionário com os visitantes

Os dados foram coletados na Pedra do Telégrafo no setor Barra de Guaratiba, com 16 entrevistados.

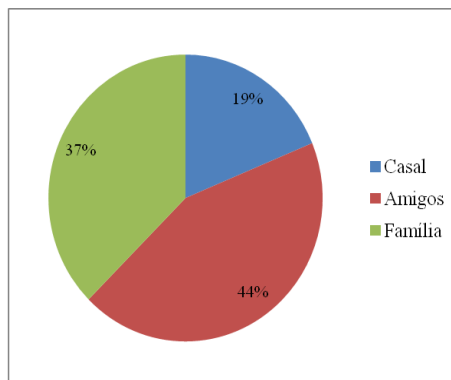
Entre os entrevistados podemos perceber um equilíbrio entre visitantes do sexo masculino (50%) e feminino (50%). Na faixa etária (Figura 5) predominam os grupos mais jovens, 44% de 18-25 anos e adultos logo em seguida com 38% de 35-50 anos. Nesse grupo destaca-se também um equilíbrio na escolaridade (Figura 6), ensino superior (38%) e ensino médio (37%). A maior parte estava visitando em grupo de amigos (44%), seguidos por 37% visitando em família (Figura 7).



**Figura 5.** Faixa etária dos visitantes.



**Figura 6.** Nível de escolaridade dos visitantes.



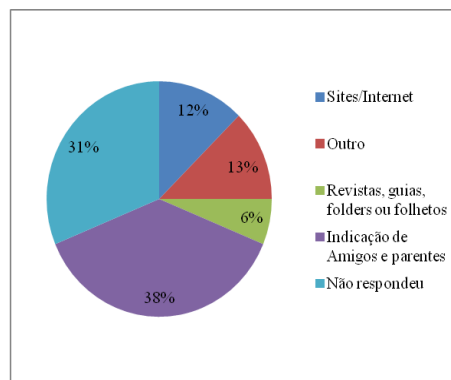
**Figura 7.** Tipo de grupo que visita o atrativo.

Comparando esses resultados aos obtidos por Pellin et al. (2014) referente a visitação do PEPB nos acessos Sede do Pau da Fome, Núcleo Piraquara, Núcleo Camorim, Posto Vargem Grande e Posto Rio da Prata, percebe-se que a área de Barra de Guaratiba não foi contemplada nas entrevistas mesmo ela pertencendo ao parque. Nos resultados de Pellin et al. (2014) 56% dos entrevistados eram do sexo masculino, mostrando assim a proximidade do resultados das duas amostras.

62% estavam na faixa dos 18 a 45 anos, indicando que a faixa etária é a mesma em todo o parque, mesmo havendo uma diferença de 12% na faixa de 26-34 anos para a Pedra do Telégrafo. 52% dos entrevistados possuíam o ensino médio, revelando outra diferença para o público do parque no geral e do atrativo em si. Os visitantes do atrativo possuem um nível de escolaridade maior.

87% dos visitantes costuma ir com grupos de amigos e familiares, resultado bem próximo ao obtido na mostra para o Telégrafo.

Quando questionados de como souberam do atrativo (Figura 8) e se sabiam que estavam no Parque Estadual da Pedra Branca, 38% disseram que o atrativo foi indicado por amigos e parentes e 69% disseram saber que estavam no PEPB. Esses dados mostram que a maior parte das indicações sobre o parque foi boca-a-boca, enquanto que as outras formas (internet, revistas, folders) influenciaram uma pequena parte dos entrevistados.



**Figura 8.** Meios de informação dos visitantes sobre atrativo.

Foi pedido aos visitantes que classificassem como excelente, bom, regular, ruim e péssimo alguns itens referentes ao atrativo (Tabela 1). Dentre os itens destacam-se aqui: limpeza e sinalização da trilha e conservação dos recursos naturais.

Com relação a limpeza da trilha, 44% dos entrevistados consideraram ruim. Em relação a sinalização 31% considerou péssimo e outros 31% considerou ruim. Com relação a conservação dos recursos naturais 38% consideraram ruim e 37% regular. Esses dados mostram o nível de insatisfação com a qualidade da visitação do atrativo e dão um indicativo do manejo a ser realizado no local.

**Tabela 1.** Análise do atrativo pelos visitantes

Classifique os seguintes itens	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
<b>Limpeza</b>	6%	12%	19%	44%	19%
<b>Sinalização</b>	6%	13%	19%	31%	31%
<b>Cons. dos rec. naturais</b>	6%	0	37%	38%	19%

## CONCLUSÃO

Apesar de estar numa área de preservação ambiental, dentro do Parque Estadual da Pedra Branca, não há controle de acesso de visitantes na Pedra do Telégrafo e nem um programa de educação ambiental voltado para esse público. O número excessivo de visitantes vem prejudicando o atrativo e pondo em risco a segurança dos mesmos. A maior parte dos visitantes sabe que está dentro do parque e avalia o estado de conservação e limpeza do parque como ruim. Os gestores conhecem os problemas nessa área, porém o reduzido número de funcionários e a escassez de recursos limita o trabalho.

Faz-se mais que necessário e urgente uma ação de controle e orientação dos visitantes no atrativo minimizando os impactos do uso público. A quantificação dos visitantes por dia também é essencial para delimitar o limite de carga. A continuidade do programa de uso público e um funcionário específico do INEA, como um turismólogo, por exemplo, é fundamental para planejar e coordenar as ações de uso público no parque como um todo.

O ecoturismo como atividade sustentável e de interpretação ambiental que promove a formação de uma consciência ambiental, deve ser trabalhado junto ao uso público do parque, já que essa atividade já é realizada no mesmo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amigos do Parque Estadual da Pedra Branca (2010). Fauna e Flora. Disponível: <http://www.parquepedrabranca.com/p/fauna-e-flora.html/>. Acessado em 28 de novembro de 2016.
- Brasil. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III E VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm). Acessado em 19 de novembro 2016.
- Diegues, A. C. S (2000). O mito moderno da natureza intocada / Antonio Carlos Santana Diegues. — 3.a ed. —São Paulo : Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP.
- INEA – Instituto Estadual do Ambiente (2012). Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca. Pellin, A; Guimarães, E.S. (coord). IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas/INEA. Rio de Janeiro, RJ.
- INEA. Unidades de Conservação da Natureza (UCs). Disponível : [http://200.20.53.3:8081/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA\\_008594](http://200.20.53.3:8081/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008594). Acessado em 19 de julho de 2016.
- IRVING, M. A (2008). Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: Costa, N. M. C.; Neiman, Z., Costa, V. C., Organizadores. Pelas Trilhas do Ecoturismo. 1 ed. São Carlos: Rima. pp. 3-15.
- Ministério do Meio Ambiente (2011). SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA. 76 p.
- ONUBR (08 de dezembro de 2016). Rio de Janeiro é 1ª paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial da UNESCO. Disponível: <https://nacoesunidas.org/rio-de-janeiro-e-1a-paisagem-cultural-urbana-declarada-patrimonio-mundial-da-unesco>. Acessado em 26 de março de 2017.
- Pellin, A.; Carvalho, G.; Reis, J.C.; Pellin, A., (2014). Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação urbanas: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). Revista Brasileira de Ecoturismo 7: 344-373. Disponível: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/769>. Acessado em 04 de abril de 2017.
- Saia da Rota (23 de fevereiro de 2016). Pedra do Telégrafo: muito suor e um visual de tirar o fôlego. Vai encarar? Disponível: <http://saiadarota.com/trilhas/pedra-do-telegrafo>. Acessado em 23 de fevereiro de 2017.
- Silva, A. O.; Castro, A. O. C (2015). Avaliação dos impactos de uso público na trilha ecológica da praia do Perigoso – Parque Natural de Grumari, RJ. Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação. Niterói.
- SOS Mata Atlântica (15 de maio de 2015). Fundação divulga mapeamento inédito da Mata Atlântica do Rio. Disponível: <https://www.sosma.org.br/102355/levantamento-inedito-mata-atlantica-rio>. Acessado em 19 de julho de 2016.